

## CONTRATO Nº 64/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 24/2025

Que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE ALPESTRE/RS**, Poder Executivo Municipal, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ. Nº 87.612.933/0001-18, com sede na Praça Tancredo Neves, 300, na Cidade de Alpestre/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. RUDIMAR ARGENTON, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa FOCO ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ Nº 58.248.107/0001-33, com sede na Rua Etelvino Ferreira Preste 421, Bairro Universitário, Município de Sarandi/RS, neste ato representada por sua representante legal, Sr. Reinaldo Antônio Nicola, de agora em diante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante a sujeição mútua das normas constantes da Lei n.º 14.133 de 01/04/2021, no Processo de Inexigibilidade nº 24/2025 e nas condições expressas nas cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, E SUPORTE JURÍDICO-ADMINISTRATIVO À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM FOCO NA IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO, conforme termo de referência.

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, E SUPORTE JURÍDICO-ADMINISTRATIVO À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM FOCO NA IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1. A Contratada receberá o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais anuais).

2.2. O pagamento será realizado em até quinze dias do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados após o recebimento do documento fiscal e a liquidação da despesa, respeitando-se a cronologia de pagamento conforme Decreto Municipal mediante Nota Fiscal em nome do Município de Alpestre/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). Reforçamos a necessidade que a Empresa observe as regras da IN RFB nº 1.234/2012, (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

b) Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Obs.: No caso de incorreção, será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da mesma.

2.3. Os preços deverão estar inclusos todas e quaisquer taxas e impostos que vierem a incidir para o fornecimento do objeto do presente contrato, bem como todos os impostos e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, pois os mesmos são de responsabilidade da empresa contratada.

2.4. O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Será concedido correção anual do valor do contrato com base no IPCA.

3.2. A solução compreende a atuação técnica especializada nas seguintes áreas principais:

a) Consultoria e Assessoria em Planejamento Municipal: Inclui orientação e suporte técnico para organização e implementação de projetos prioritários da Prefeitura Municipal, com foco na melhoria da gestão pública e no desenvolvimento estratégico de ações para o município.

b) Consultoria e Assessoria para Captação de Recursos: A empresa contratada deverá fornecer suporte completo para a apresentação e acompanhamento de projetos técnicos voltados à captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Esse serviço abrangerá todas as etapas do processo, desde a concepção até a submissão das propostas, garantindo a tramitação eficiente e a resolução de pendências administrativas, caso existam.



c) Consultoria e Assessoria para Negociações com Órgãos Públicos:

A empresa prestará suporte contínuo para captação de recursos junto a Ministérios Federais, Secretarias Estaduais e outros órgãos da administração direta e indireta. O serviço incluirá também assistência em negociações e na preparação da documentação necessária.

d) Consultoria e Assessoria Jurídica Especializada: A empresa deverá garantir conformidade legal em todas as etapas da execução de convênios e contratos celebrados com órgãos públicos, incluindo a assessoria na elaboração e execução de acordos, bem como na prestação de contas desses convênios e contratos.

e) Consultoria e Assessoria em Licitações e Contratos: A empresa prestará assessoria no acompanhamento e execução de processos licitatórios, promovendo boas práticas, legalidade, eficiência e transparência nos processos internos da Prefeitura Municipal de Alpestre.

### 3.3. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação dos serviços será realizada conforme a carga horária de 12 (doze) horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

a) Atendimento Remoto: O atendimento remoto será realizado via *WhatsApp*, telefone e *e-mail*, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h, com a empresa garantindo respostas e suporte adequados dentro desse período.

b) Deslocamentos Presenciais: Quando necessário, a empresa realizará deslocamentos até a sede da Contratante. Os deslocamentos deverão ser previamente agendados e computados dentro da carga horária contratada, não podendo ultrapassar 30% (trinta por cento) da carga horária total do contrato. Todos os custos relacionados a deslocamentos e eventuais viagens serão de responsabilidade da empresa contratada, sem ônus para a Contratante.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Projeto</b>	2004 – MANUT. DESP. OPERACIONAIS DA SEC. DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Despesa</b>	3390.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

## CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Entregar o objeto conforme especificações e em consonância com a proposta de preços;

5.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

5.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.5. Arcar com todas as despesas com, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

5.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do objeto.

5.7. O preço ajustado na Cláusula Segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, artigo 121 da Lei 14.133/2021.

5.8. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução ora contratado, inclusive quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruição.

5.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

## CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

6.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de até 5% sobre o valor do último lance ofertado;

6.1.2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano;

6.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de até 6% sobre o valor do último lance ofertado;

6.1.4. Executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

6.1.5. Executar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, em uma única vez, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.6. Inexecução parcial do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

6.1.7. Inexecução total do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução do objeto: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.



- 6.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.  
 6.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO**

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

- 7.1.1. Por ato unilateral da Administração nos casos enumerados no Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e, no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;  
 7.1.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO**

8.1. O presente contrato acha-se estritamente vinculado processo licitatório constante do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. Situações não previstas expressamente neste instrumento, e acaso incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações subsequentes.  
 9.2. O Município se reserva no direito de adquirir somente parte da quantidade contratada, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1. As partes elegem o Foro da cidade de Planalto/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

11.1. As partes, mutuamente, autorizam a coleta, o tratamento e a guarda de documentos físicos e digitais inerentes ao contrato, uma vez que, torna-se necessária e indispensável, a utilização de tais dados, em virtude das obrigações decorrentes de legislações educacionais e/ou governamentais, estando, o presente e as partes, atendendo às disposições Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações correlatas ao uso de dados.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

Alpestre, 05 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** REINALDO ANTONIO NICOLA  
 Data: 06/05/2025 11:19:59-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
 P/ CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR ARGENTON  
 PREFEITO MUNICIPAL

Visto:

\_\_\_\_\_  
 Linonrose Scaravonatto  
 OAB/RS 62.637  
 Assessora Jurídica



# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

33

**CONTRATO Nº16/2025**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**MUNICÍPIO DE CAIÇARA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2025.**

O Município de Caiçara, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 87.612.925/0001-71, com sede administrativa na Rua Cuba, 64, cidade de Caiçara – RS, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ZÍLIO ROGGIA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Caiçara – RS, portador do CPF N.º 460.181.740-49, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa **FOCO ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Etelvino Ferreira Prestes, nº. 421, Bairro Universitário, em Sarandi/RS, CEP 99560-000, inscrita no CNPJ nº 58.248.107/0001-33, representada neste ato por **REINALDO ANTÔNIO NICOLA**, brasileiro, casado, advogado, nascido em 05/10/1957, CPF nº 251.116.120-68, portador da carteira de identidade nº 3010787657, residente e domiciliado a Rua Etelvino Ferreira Prestes, nº421, Bairro Universitário, município de Sarandi RS, doravante denominada de CONTRATADA, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente contrato administrativo reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e na Dispensa de Licitação nº 24/2025, Processo Licitatório nº 24/2025.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Constitui o objeto a contratação para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Caiçara RS, abrangendo as áreas de planejamento municipal, captação de recursos junto ao governo estadual e federal, e suporte administrativo, atendendo às necessidades específicas da Administração Municipal.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o custo total da contratação é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

**3.2.** O pagamento será efetuado em até 30 (dias) subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

**3.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.4.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias prevista na legislação aplicável.

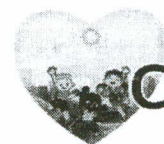
**3.5.** A contratada caso regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei

**Transparência e compromisso.**

**Juntos construiremos um futuro melhor para todos.**

Rua Cuba, 64 – Centro – Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 – Caiçara - RS



2025-2028

**Caiçara**

um lugar bom para viver





# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência inicial de 12 (meses) meses a contar da data da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado por iguais períodos nos termos do artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

No caso de prorrogação da vigência contratual, o valor será reajustado após o período de 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas orçamentárias:

Fonte do Recurso: 2004 - Manutenção da Secretaria de Administração

Projeto/Atividade: 39

Elemento de Despesa: Serviços de Consultoria 33390350000000000000

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1.** A prestação dos serviços será realizada conforme a carga horária de 12 (doze) horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

a) Atendimento Remoto: O atendimento remoto será realizado via Whatsapp, telefone e e-mail, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h, com a empresa garantindo respostas e suporte adequados dentro desse período.

b) Deslocamentos Presenciais: Quando necessário, a empresa realizará deslocamentos até a sede da Contratante. Os deslocamentos deverão ser previamente agendados e computados dentro da carga horária contratada, não podendo ultrapassar 30% (trinta por cento) da carga horária total do contrato. Todos os custos relacionados a deslocamentos e eventuais viagens serão de responsabilidade da empresa contratada, sem ônus para a Contratante.

**7.2. Os serviços a serem prestados consistem nas seguintes atividades.**

a) **Consultoria e Assessoria em Planejamento Municipal:** Inclui orientação e suporte técnico para organização e implementação de projetos prioritários da Prefeitura Municipal de Caiçara RS, com foco na melhoria da gestão pública e no desenvolvimento estratégico de ações para o município.

b) **Consultoria e Assessoria para Captação de Recursos:** A empresa contratada deverá fornecer suporte completo para a apresentação e acompanhamento de projetos técnicos voltados à captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Esse serviço abrangerá todas as etapas do processo, desde a concepção até a submissão das propostas, garantindo a tramitação eficiente e a resolução de pendências administrativas, caso existam.

**Transparência e compromisso.**

**Juntos construiremos um futuro melhor para todos.**

Rua Cuba, 64 - Centro - Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 - Caiçara - RS







# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

35

c) **Consultoria e Assessoria para Negociações com Órgãos Públicos:** A empresa prestará suporte contínuo para captação de recursos junto a Ministérios Federais, Secretarias Estaduais e outros órgãos da administração direta e indireta. O serviço incluirá também assistência em negociações e na preparação da documentação necessária.

d) **Consultoria Especializada:** A empresa deverá garantir conformidade legal em todas as etapas da execução de convênios e contratos celebrados com órgãos públicos, incluindo a assessoria na elaboração e execução de acordos, bem como na prestação de contas desses convênios e contratos.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

#### 8.1. Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Termo de Referência e na proposta;
- b) Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros em razão de acidentes por ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, vindo a responder ainda pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas previstas em Contrato;
- c) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto pactuado inclusive impostos, contribuições previdenciárias e fiscais, encargos trabalhistas, comerciais, transporte, alimentação e outras decorrentes da execução dos serviços, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- d) Manter-se durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação em conformidade com o previsto na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- E) Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso, em decorrência da execução dos serviços e não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.

#### 8.2. Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) O Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- b) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto;
- c) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem medidas corretivas;
- d) Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelos fiscais;
- e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

### CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

Transparência e compromisso.

Juntos construiremos um futuro melhor para todos.

Rua Cuba, 64 – Centro – Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 – Caiçara - RS







# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

36

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter os preços fixados para os serviços, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.8.1 deste, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa nas condições e limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**9.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 9.2 do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**9.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente.

**9.5.** A aplicação das sanções previstas no item 9.2 deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.6.** Na aplicação das sanções previstas no item 9.2, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.8.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

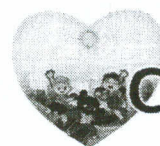
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**Transparência e compromisso.**

**Juntos construiremos um futuro melhor para todos.**

Rua Cuba, 64 – Centro – Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 – Caiçara - RS



2025-2028

**Caiçara**

um lugar bom para viver





# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

34

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 137, da Lei 14.133/2021, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem

prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;

II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais,

**Transparência e compromisso.**

**Juntos construiremos um futuro melhor para todos.**

Rua Cuba, 64 – Centro – Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 – Caiçara - RS



2025-2028  
**Caiçara**  
um lugar bom para viver





# MUNICÍPIO DE CAIÇARA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

38

inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que a Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) em sua ausência. A fiscalização do contrato será realizada pelo Graciano Michelotti Dall Ongaro, que exercerá a fiscalização técnica e administrativa.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen/RS para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em três vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Caiçara RS, 10 de abril de 2025.

ZILIO ROGGIA  
Prefeito Municipal

FOCO ASSESSORIA E CONSULTORIA  
EMPRESARIAL LTDA  
Contratada

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_  
CPF

2ª \_\_\_\_\_  
CPF

Graciano Michelotti Dall Ongaro  
Fiscal do Contrato

Transparência e compromisso.

Juntos construiremos um futuro melhor para todos.

Rua Cuba, 64 - Centro - Fone/Fax: (55) 3738-1212 / 3738-1222

CEP: 98.440-000 - Caiçara - RS





**REINALDO ANTONIO NICOLA**

---

**Nome:** Reinaldo Antônio Nicola

**Data de Nascimento:** 05 de outubro de 1957

**Naturalidade:** Sarandi - RS

**Estado Civil:** Casado(a)

**Profissão:** Empresário

**Cargo Atual:** Diretor na Foco Assessoria e Consultoria Empresarial LTDA.

**Telefone:** 54 99907-7393

**E-mail:** focoassessoria.sarandi@gmail.com

---

**Experiência Profissional:****SCS Sarandi Comércio e Serviços Agropecuários Ltda.**

*Diretor*

**Período:** 2012 - 2022

Responsável pela gestão e administração da empresa, focada em serviços e comércio no setor agropecuário.

- Implementação de estratégias de crescimento, captação de novos clientes e otimização de processos internos.
- 

**Experiência Política:****Vice-Prefeito de Sarandi**

*Período:* 2021 - 2024

- Atuação como vice-prefeito, colaborando com o prefeito na administração municipal, buscando soluções inovadoras para o crescimento da cidade.

**Prefeito de Sarandi**

*Períodos:* 2005 - 2008, 2001 - 2004

- Gestão de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Sarandi, com foco em infraestrutura, educação, saúde e desenvolvimento econômico.

**Prefeito de Barra Funda**

*Período:* 1993 - 1996

- Liderança e gestão de projetos importantes para o município, promovendo avanços em várias áreas como saúde, educação e infraestrutura.



**Vice-Prefeito de Sarandi**

*Período: 1989 - 1992*

- Atuação junto à administração municipal para o fortalecimento de políticas públicas de apoio à população.

**Vereador de Sarandi**

*Período: 1977 - 1982*

- Eleito aos 18 anos, iniciando sua trajetória política com o compromisso de atuar em prol do desenvolvimento de Sarandi.

---

**Outras Atividades:**

- **Captação de Recursos Federais:**

Vasta experiência na busca de recursos federais para municípios e associações, contribuindo para a implementação de projetos que visam melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida da população.

---

**Formação Acadêmica:**

Economia

Administração Rural

---

**Habilidades e Competências:**

- Gestão pública e administrativa
  - Captação de recursos e parcerias
  - Planejamento estratégico
  - Liderança e gestão de equipes
  - Desenvolvimento de projetos para o crescimento local
-